

Processo de descolonização nos PALOP:

Análise dos condicionantes internos e externos da luta de libertação na Guiné-Bissau

Manuel Ialá⁴⁹

Resumo:

Considerando a necessidade de analisar e compreender o colonialismo e os processos da descolonização nos Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP), principalmente na Guiné-Bissau, buscou-se identificar os condicionantes internos e externos que levaram o surgimento dos movimentos independentistas e as suas estratégias de mobilização aos negros, no âmbito internacional e local face a situação vivida na altura. Sabe-se ainda que o colonialismo tenha durado menos de um século. Contudo, a invasão, a opressão e a desumanização desenvolvidas pelos exploradores ocidentais ao povo africano duraram cinco séculos, isto é, do século XV ao século XX. Neste âmbito histórico, o trabalho é desenvolvido através da abordagem-metodológica qualitativa, aplicando o procedimento bibliográfico. O alto nível de exploração colonial infligida aos negros africanos, os problemas estruturais que assolam os negros da diáspora devido ao seu passado escravocrata e a desvalorização cíclica dos sistemas culturais endógenos, fizeram brotar na diáspora e no próprio continente africano, movimentos que denunciavam a exploração colonial e subestimação do negro ao nível mundial. No entanto, o sistema colonial português e os demais não queriam abandonar os territórios ocupados no continente, em virtude das receitas provenientes da pilhagem dos recursos naturais e da exploração da mão de obra africana.

Palavras-chave: Desocupação Colonial. Condicionantes internos e externos. Interesses eurocêntricos. Opressão e exploração. PALOP.

⁴⁹ Comumente Emanuel Ialá, graduado em Administração Pública pela Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira _ UNILAB – CE; Especialização em andamento em Gestão de Tecnologia da Informação pela Faculdade Focus – PA; E-mail: ialaemanu15@gmail.com/ialaemanu15@aluno.unilab.edu.br

Decolonization Process in the PALOP:

Analysis of the Internal and External Constraints of the Liberation Struggle in Guinea-Bissau

Abstract:

Considering the need to analyze and understand colonialism and the processes of decolonization in African Countries of the Portuguese Official Language (PALOP), mainly in Guinea-Bissau, we sought to identify the internal and external constraints that led to the emergence of independent movements and their strategies of mobilization to blacks, at the international and local level, in view of the situation experienced at the time. It is also known that colonialism lasted less than a century. However, the invasion, oppression and dehumanization developed by Western explorers to the African people lasted five centuries, that is, from the 15th to the 20th century. In this historical context, the work is developed through the qualitative methodological approach, applying the bibliographic procedure. The high level of colonial exploitation inflicted on African blacks, the structural problems that plague the negroes of the diaspora due to their slave past and the cyclical devaluation of endogenous cultural systems, have sprouted in the diaspora and the African continent itself, movements that denounced the colonial exploitation and underestimation of the negro at the world level. However, the colonial system Portuguese and the others did not want to leave the occupied territories on the continent, due to revenue stemming from the plundering of natural resources and the exploitation of the African workforce.

Keywords: Colonial eviction. Internal and external constraints. Eurocentric interests. Oppression and exploitation. PALOP.

1. Introdução

Este trabalho insere-se na esfera histórica da descolonização direta dos países africanos com foco nos Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP), principalmente na Guiné-Bissau e em Cabo Verde. Procurou-se nele problematizar as principais causas da descolonização dos países constituintes da África lusitana, os chamados PALOP. O artigo, ainda, traz o desencadeamento do processo da mobilização que ocorreu na Europa através das ações do movimento *negritude francesa*, que, de alguma forma, teve a influência doutro movimento existente nos EUA, chamado *pan-africanismo*. Estas duas correntes, *negritude* e *pan-africanismo*, foram as principais que moveram o processo da descolonização, sem pôr de lado os movimentos locais que antecederam as duas correntes.

Doutro lado, o papel desempenhado pelo projeto “unidade e luta” dentro do cenário da luta de libertação nacional instrumentalizado pelo vulto líder Amílcar Lopes Cabral e os seus homens, através do seu partido PAIGC,⁵⁰ foi notável nesse processo de descolonização. Este projeto, liderado por Cabral, teve pesado papel na construção da “unidade nacional”, entre as duas nacionalidades, guineense e cabo-verdiana, e garantir liberdade a esses povos oprimidos.

A conveniência desta pesquisa vê-se aos estudiosos da África, dedutivamente dos PALOP, em assimilar o desenrolar das crônicas coloniais das terras africanas, sobretudo da sua desocupação de forma intuitiva.

Na primeira seção foram apresentados os aspectos da desocupação externa, providos das Américas e Europa, com destaque para o último mencionado. A frente disto, coloca-se, em debate os condicionantes internos da descolonização decorridos dentro do território africano, por conseguinte, segue-se a mobilização das forças locais numa forma centrípeta com intuito de aderirem ao projeto “unidade e luta”. Subsequentemente, foram feitas considerações finais e, por fim, apresentou-se as referências bibliográficas consultadas.

Foi dada uma atenção especial aos condicionantes internos e externos da luta de libertação nacional e as estratégias de mobilização na diáspora e no próprio continente. Além das duas correntes dessa revolução na Europa e no mundo, *pan-africanismo* e *negritude*, importa ressaltar que, a Casa dos Estudantes do Império (CEI), em Lisboa, também, foi um dos principais marcos deste histórico, igualmente, a criação das leis que defendem a integridade social do homem. Contudo, tudo teria começado, apenas, nos finais da Primeira Guerra Mundial com surgimento dos movimentos americanos.

⁵⁰ Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde.

A Segunda Guerra Mundial, findo em 1945, de uma forma a outra, reforçou a determinação e crítica visão política e anticolonial dos soldados africanos que participaram nela e as forças africanas que tomaram parte na extinção do regime ditador fascista português de então. As estratégias adquiridas a partir desse momento, lhes ajudaram a sazonar as ideias.

2. Aspectos externos da descolonização

A mobilização do povo negro sobre o processo da descolonização dos países africanos que ainda estavam sob opressões das metrópoles europeias teve o seu engendramento nos diferentes quadrantes do universo, dos escravizados, dos afrodescendentes e dos estudantes negro-africanos que se encontravam nas cidades europeias e nas americanas. Isto é, a diáspora negra contestava as subjugações e as opressões locais aos negros e a mesma prática que estava sendo desenvolvida nas terras africanas aquando do colonialismo.

Sendo assim, o desencadeamento da mobilização negro-africana, segundo Borges (2008) e Munanga (2016), teria começado nos finais da Primeira Guerra Mundial, em que no início do século XX surgiram nos EUA vários movimentos em defesa dos valores negros, caso de “*Black Muslims, Black Power, Black Harlem Renaissance* [o último, que] também [é] conhecido por New Negro um movimento de capacitação com objetivos em campanhas de empenho na valorização do negro” (BORGES, 2008, p. 58).

Esses e demais movimentos da diáspora negra, sobretudo os que nasceram nos EUA e na França, surgiram como um “renascimento da cultura e das artes” negras que começou em Nova Iorque no bairro de Harlem, como também em outras cidades norte-americanas. Nesse período, conforme coloca Lopes (2019), concomitantemente, vários jornais teriam surgido com a finalidade de repor a consciência de identidade negra diaspórica.

Entre vários outros jornais, destaca-se *Présence africaine* que foi lançado em Paris, tendo como precursor o então estudante senegalês, Alioun Diop; *Negro World*, por ativista jamaicano de movimentos negro, Marcus Garvey, que lutou afincadamente pela redenção africana; e *The Crisis* do afro-americano William Du Bois, que também contribuiu bastante para a restauração do valor negro. Esse período de mobilidade ficou registrado como período de “fortalecimento da consciência negra” (LOPES C, 2019).

Estes movimentos americanos e franceses nasceram em defesa dos valores e igualdades sociais dos negros diante dos brancos que eram marginalizados nas sociedades americanas e europeias, como também em outras partes do mundo, antes e com maior intensidade na decorrência da escravatura. Esses precursores e demais, com os seus movimentos,

influenciaram muito a emergência dos movimentos independentistas no continente africano, sendo que foram os idealizadores do movimento pan-africanismo.

Os movimentos norte-americanos, que visavam dignificar os negros, acabaram, de certa forma, por influenciar as outras correntes ideológico-culturais (*Pan-africanismo* e *Negritude*) que nasceram posteriormente, além de promover a valorização das culturas negras no mundo, também visavam a dar liberdade a toda África colonizada (FILHO et al. 2018).

Nisso, entre século XVIII e XIX teria surgido, nos EUA, o *Pan-africanismo*,⁵¹ conhecido como movimento de libertação na sequência da observância dos negros oprimidos na escravidão sem nenhum direito e liberdade, apenas deveres e obrigações. Entretanto, o movimento passa a existir em defesa da personalidade negra, luta pela liberdade e direitos dos negros, luta contra a dominação e exploração (PAIM, 2016).

O afro-americano William Edward Burghardt Du Bois foi considerado um dos patronos deste movimento (DOMINGUES, 2005).

Salienta-se que, nesta senda, a diáspora negra, após a abolição da escravatura, objetivava procurar conhecer a sua própria identidade e resgatá-la em um mundo onde ser negro, sobretudo africano, é apenas ser como uma máquina programável. Nessa luta consciente, os negros corriam atrás das respostas de algumas perguntas que eles mesmos fizeram, tais como: “‘*Who are we?*’, ‘*Where did we come from?*’, and, most importantly, ‘*How do we find our roots?*’” (LOPES C, 2019, p. 38 grifo nosso), ou seja, quem somos? de onde viemos? E a mais importante, como encontrar as nossas raízes? “*Reafricanização*”!

Segundo Carlos Lopes (2019), essa busca da identidade negra seria a primeira onda do movimento pan-africanismo que ocorreu fora do continente africano e a segunda viria ocorrer no próprio continente, quando a sua ideologia estava sendo materializada, dando as sucessivas independências a vários países. Caso de 1960 que ficou conhecido como “*década de emancipação africana*”, em que mais de 15 países na mesma década ficaram independentes do guia europeu.

⁵¹ O surgimento desta corrente ideológica e anticolonial, se justificava não apenas pela subjugação ao povo negro, mas também pelo elevado nível de penhorabilidade e alienabilidade dos negros às coisas do branco que eram bem fortes e visíveis. Os negros haviam sido ensinados e enraizados na mente que o que provém do branco vale mais do que o proveniente do negro, para isso, surgiu o movimento Pan-Africanista que desmitificava esses pensares, sendo que, “os negros americanos não tinham o passado africano e o que eles transmitiam para seus filhos era: a língua inglesa, a religião cristã, a polidez que convém aos domésticos das grandes fazendas do Sul, tudo isso foi aprendido dos brancos” (HERSKOVITS, 1962, p. 58-78 apud MUNANGA, 2016, p. 4). Ainda, na abordagem deste autor, (MUNANGA, 2016), fala da disjunção verificada entre as classes da época, “após séculos de imitação cega, alguns escritores negros tomaram consciências de que, de todos os grupos étnicos povoando os Estados Unidos [...] eles [negros] são os únicos a sofrer uma lavagem cerebral. Levando-os até a acreditar que são naturalmente inferiores e não têm história” (Idem, p. 4).

A segunda onda do movimento é marcada com o retorno dos estudantes ao continente, que tinham ido estudar na diáspora, e desempenharam um papel excepcional, pois não só identificavam com as causas, faziam denúncias do colonialismo, como também serviam como transporte das ideias recém-criadas para a África (LOPES C, 2019).

Esta corrente liberal despertou o mundo através da promoção dos valores do homem-negro e do próprio negro a se libertar das imposições a ele impostas. Transcorrido tempo, de acordo com (BORGES, 2008), a Negritude,⁵² que o anticolonialista, revolucionário e um dos maiores líderes mundiais, Amílcar Lopes Cabral, vinha a chamar de “*reafricanização*” ou retorno às fontes, aos valores africanos (resgate consciente e flexível dos sistemas de referência endógenos). Por iniciativa dos estudantes martinicanos, surgiu em 1932, na cidade de Paris, uma publicação chamada *Légitime Défense* que visava denunciar as injustiças sociais praticadas pelo sistema colonial francês aos negros desse local.

A *Reafricanização* seria, pois, um movimento ideológico de luta pelos direitos e a dignidade humana, principalmente dos negros. A corrente ideológica, posteriormente, chegou nos EUA e noutras localidades, devido a sua influência, com intuito de alcançar todos os negros espalhados pelo mundo. Para Borges (2008), o poeta antilhano Aimé Césaire, o nacionalista senegalês Léopold Sédar Senghor e o escritor e poeta francês Léon Damas foram os pioneiros deste movimento aquando dos seus estudos na França. O movimento pautava pela autovalorização, mobilização cultural e restauração dos valores negro-africanos espalhados fora da África e resgate das identidades culturais do povo negro.

Os movimentos *pan-africanista* e *negritude* foram as principais correntes que influenciaram o despertar da consciência revolucionária anticolonial decorrido nas Américas, Europa e nas Áfricas. Ambas as correntes tiveram a mesma finalidade de reabilitar a identidade do Homem negro para recuperar a personalidade destruída, perdida, inferiorizada e desprestigiada (CAPOCO, 2013).

O processo da mobilização para a descolonização dos territórios cercados pelos imperialistas portugueses, igualmente, de acordo com Mango (2018), teve o seu auge em Portugal, num espaço comunitário e recreativo de integração dos estudantes das colônias portuguesas em África, fundado pelo próprio governo português de então, nos finais da Segunda Guerra Mundial, em 1944, a fim de sediar os estudantes bolsistas das colônias africanas e lhes

⁵² É a “consciência de ser negro, simples reconhecimento de um fato que implica aceitação – assumir sua negritude, sua história e sua cultura” [...] [e] “Por Césaire, a negritude é o simples reconhecimento do fato de ser negro, a aceitação de seu destino, de sua história e de sua cultura” (MUNANGA, 2016, p. 7-8).

dar “oportunidades” de seguir com os seus estudos superiores, que na altura não tinham nesses territórios.

Figura 1



Fonte: livro CEI, 50 anos

Nessa exata altura, nem mais nem menos, a política educacional portuguesa era claramente oposta doutros colonos, tais como: espanhol, inglês e francês que na altura, antes do ano 1944 (dado como ano inaugural da CEI), já tiveram as instalações educacionais de ensino superior nas respectivas colônias, isto é, a porção dos negros considerados “assimilados”, dentre os colonizados, não necessitava de deixar as suas terras para se formar nas metrópoles europeias, assim também aos colonizados latino-americanos e asiáticos. Fonte: livro: CEI, 50 anos

A não instalação dos centros de formação superior nos territórios possuídos pelos portugueses, logo *a priori*, deve-se à insegurança que Portugal tinha de correr risco dos colonizados se despertarem as suas consciências críticas e de reconhecerem os seus plenos direitos. Isso, poderia garantir aos colonizados boas ferramentas de tornarem críticos, rebeldes e, por cima de tudo, anticolonialistas mais cedo possível (CASTELO, 2011). Com essa política em mente, ou, melhor dizer, devido ao medo e à insegurança que sentiam, os portugueses não queriam baixar a bola nessa questão para não perderem a “mãe-d’água” das suas receitas, que talvez seja a sua maior e a única fonte de esperança, sendo ele um país pedinte.

A chamada Casa dos Estudantes do Império (CEI) ou Instituto Universitário do Estado Português, que viria a ser conhecido como “Berço dos Líderes Africanos em Lisboa”, devido a sua importância dentro do cenário anticolonial, foi neste centro mestiço que, para Mango (2018), encontravam-se os estudantes filhos dos brancos e os filhos dos negros africanos colonizados e considerados “assimilados” pela lei portuguesa da colonização, arrumados em

um local como forma de serem monitorados. O governo português teve pouca ousadia de lhes deixar dispersos pelas cidades, pois, poderiam ser nutridos das teorias da *negritude* e do *pan-africanismo* sobre a consciência da descolonização e dos direitos negros que já se contornavam em França e em alguns países europeus, como também nos EUA.

Para isso, a CEI parecia uma boa política de controle para o governo português na altura. Isto é, nenhum estudante da CEI, especificamente os negros provenientes das províncias ultramarinas, teria coragem de variar alguma outra leitura que não fosse autorizada, mesmo de forma secreta isso pesava muito, com certeza, as autorizadas eram as da constante supremacia do branco diante do negro, da inutilidade do negro e reforço da alienabilidade à coisa branca.

O propósito da política de sistema da educação colonial era para subdesenvolver a África. Com isso, servia “[...] para treinar africanos para servirem como homens da administração a um plano extraordinariamente baixo e fornecer mão-de-obra para as firmas capitalistas privadas, pertencentes a europeus” (RODNEY, 1975, p. 347). As escolas dos ensinamentos básicos instaladas nas colônias, conforme Rodney (1975), habilitavam os africanos a fim de participarem no domínio, como também na própria exploração, na confusão mental e promover o subdesenvolvimento continental.

De forma síncrona, a política da CEI não era descoincidente e desconectada das escolas coloniais implementadas em África, sendo que, “não era um sistema educativo destinado a transmitir aos jovens o orgulho e a confiança de membros da sociedade africana, mas sim a implantar um sentimento de submissão face ao europeu e ao capitalista” (RODNEY, 1975, p. 347).

No entanto, o plano luso de continuar a subestimar a África e os africanos, mediante educação, que era uma das formas adotadas, não correspondia com os seus anseios na CEI, porquanto, falhou. O “internato africano em Portugal”, ou seja, a Universidade Colonial da Integração Internacional Afro-Portuguesa (UCIAP), do lado avesso, era uma política aplausível pelos estudantes africanos que ali estavam, visto que ajudava-lhes a se criar laços de amizade mais fortes entre si, de pensar a África a partir do espaço que se encontravam e sazonalizar as suas ideias coletivamente, conquanto, o Instituto tinha alta vigilância em seu redor por parte do governo.

De acordo com Borges (2008) e Lopes (2013), dentre os estudantes da CEI, a meio de outras personalidades, líderes e nacionalistas africanos, estavam Amílcar Lopes Cabral⁵³ e

⁵³ Um dos fundadores do partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, é considerado pai e fundador das nacionalidades guineense e cabo-verdiana. Foi um dos grandes líderes africanos, mundiais e anticoloniais.

Vasco Cabral⁵⁴ da Guiné-Bissau e Cabo Verde respectivamente; Agostinho Neto⁵⁵ e Pepetela⁵⁶ ambos de Angola; Pascoal Macumbi⁵⁷ e Joaquim Alberto Chissano,⁵⁸ os dois de Moçambique; e Alda do Espírito Santo⁵⁹ e Francisco José Tenreiro⁶⁰ das ilhas de São Tomé, nesse Instituto Universitário. Ao longo do tempo, os estudantes oriundos das colónias trabalhavam a questão da desconstrução da ideologia do “Estado Novo” que substituiu o Estado totalitário, projetaram a luta contra o governo fascista português.

Posteriormente, o Centro dos Estudos Africanos – (CEA) foi fundado por esses pensadores africanos, Cabral foi um dos mentores desta iniciativa, que segundo Castelo (2011) o CEA funcionava de forma secreta, na casa de um dos familiares próximos de uma das colegas africanas, Alda, em Lisboa. Para Pepetela (2013) um dos estudantes da CEI, umas das ideias sobre a África, entre várias outras amadurecidas neste local das ações secretas, eram as identidades, conhecer as realidades vividas nos seus países em África a partir do espaço em que se encontravam, através das palestras e conferências e, sobretudo, permear as estratégias de resistências sobre o colonialismo e a ditadura vigente na época.

Entretanto, para Vieira (2009), a Segunda Guerra Mundial desastrou o mundo, extinguindo mais de 40 milhões das vidas em todo o mundo, precipuamente na Europa. Para isso, depois de análise sobre peripécia, viu-se a inevitabilidade de pôr cobro à essa desgraça. Diante disso, foram pensadas nas melhores estratégias que poriam fim ao trágico episódio que garantiria um sistema de segurança global consistente e que seria possível encontrar uma paz duradoura.

Dessa forma, na conferência de Washington em 1944 chegou-se numa convenção

que os Estados pensassem em uma organização internacional que tivesse o objetivo de manter a paz e a segurança no mundo, fomentar relações cordiais entre as nações, promover progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos (VIEIRA, 2009, p. 1).

Nesse meio-tempo, logo após a Segunda Guerra Mundial, precisamente em 1945, na conferência de São Francisco, EUA, denominada “conferência das nações unidas”, na qual foi assinada a carta das Nações Unidas que visava lutar pelos direitos humanos e igualdade social,

⁵⁴ O poeta, escritor e político guineense.

⁵⁵ Foi médico, político (sendo primeiro presidente de Angola) e escritor angolano. Foi a principal figura do país e um dos líderes imortais anticoloniais africanos.

⁵⁶ Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos (Pepetela), escritor e figura do Estado angolano.

⁵⁷ Político anticolonial Moçambicano e membro de comité central da Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO.

⁵⁸ Um dos presidentes de Moçambique e membro fundador da FRELIMO.

⁵⁹ Foi professora, poetisa, jornalista e uma das anticolonialistas são-tomense da época.

⁶⁰ Foi professor e poeta-escritor são-tomense.

a partir desse momento ficou criada, oficialmente, a Organização das Nações Unidas (ONU). Salientando que, o termo “Nações Unidas” foi proferido pelo presidente norte americano de então, Franklin Delano Roosevelt, antes do término da Segunda Guerra Mundial, quando 26 nações se uniram contra os países de Eixo – Alemanha, Japão e Itália (VIEIRA, 2009).

A organização teve política a favor da descolonização dos países que ainda estavam sob opressões ocidentais. Contudo, em consonância com Cabral (1976) e Mango (2018), Portugal sempre estava oposto à ideia da descolonização e continuava a conjugar o verbo “colonizar” em mãos dadas com alguns colonos que também sentiam feridos e atingidos com a política da ONU. “Em resposta a pressões internacionais a favor da descolonização houve apenas a mudança na denominação dos territórios, que passaram a ser chamados de ‘Províncias Ultramarinas’⁶¹ [em substituição de colônias⁶²], a partir de 11 de junho de 1951” (MANGO, 2018, p. 13). Salientando que, apesar das mudanças ocorridas na Carta magna portuguesa, as políticas coloniais anteriores continuaram as mesmas, “pois era apenas troca de nome, ou seja, uma simulação” (MANGO, 2018, p. 13).

Já em 1946, no V Congresso Pan-africano, realizado na cidade de Manchester, no Reino Unido, foi escrita a *Declaração aos povos Colonizados* por um dos líderes e anticolonialistas africanos, o ganês Dr. Kwame Nkrumah, que, para Silva (2018), foi o fator de muita consideração na altura para descolonização do continente africano.

Cumpre frisar que, a deposição do regime do Estado Novo implementado por Antônio de Oliveira Salazar, que aconteceu em 25 de abril de 1974 em Lisboa, conhecido como “Revolução dos Cravos”, promovida pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), sabe-se que o regime era conhecido de “regime ditador/salazarista”, que funcionava desde 1933. O MFA queria, com essa revolução, implementar a liberdade democrática no seio da sociedade portuguesa, que não teria existido antes. Para Silva (2018), essa revolução abriu caminho de diálogo para negociação das independências das chamadas “províncias ultramarinas”. A revolução que derrubou Américo Thomaz e o governador, Marcello Caetano,⁶³ levou a Portugal a uma nova fase da sua história.

⁶¹ Seria a unificação de Estados/colônias portuguesas com Portugal como um único Estado, ou seja, como províncias além-mar, com apenas representação administrativa local (IALÁ, 2020).

⁶² São Estados possuídos fora, sob domínio colonial, isto é, colônias são territórios/países colonizados, subjugados pela força doutro (IALÁ, 2020).

⁶³ Segundo Lopes J (2013), Marcello Caetano foi sucessor de António de Oliveira Salazar aquando de sua morte em 1970, sob presidência de Américo Thomaz. Caetano tomou posse “interinamente” como novo governante em setembro de 1968 antes da morte de Salazar, que na altura estava praticamente paralisado e geralmente inconsciente das realidades e das demandas do governo na altura. O substituto era reitor da Universidade Clássica de Lisboa, como também, foi ele quem defendia o projeto político que Portugal seria constituído por três Estados – Portugal, Angola e Moçambique, que teria províncias como São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Macau e Timor Leste, em que Cabo Verde seria, apenas, ilhas adjacentes de Portugal. Ao passo que Humberto Delgado

3. Aspectos internos da descolonização

Concomitantemente, a Segunda Guerra mundial, como coloca Suret-Canale e Boahen (2010), influenciou a situação política em África, sobretudo no Ocidente. As duplas falas explicam que essa influência é perceptível aquando da mobilização das forças africanas para a guerra, isso suscitou uma grande ira por parte de todas as classes sociais africanas, principalmente para as esposas e às mães que não estavam prontas a perder os seus maridos e os seus filhos nessa guerra.

O sofrimento dos africanos nessa altura era nítido, quer para os que foram levados, quanto para os que foram deixados. Segundo esses mesmos autores, Suret-Canale e Boahen (2010), os africanos que foram cumprir serviço militar na Índia, como também em Myanmar, antigo Birmânia, entraram em contato com movimentos independentistas dessas regiões asiáticas, de forma similar aos negros que lutavam contra o regime fascista na Europa durante a Segunda Guerra mundial.

Entretanto, com as experiências adquiridas através dos movimentos independentistas asiáticos ampliou as suas visões políticas, dando-lhes um olhar crítico. Essas novas vivências transmitidas a eles, a partir desse momento, os soldados africanos puderam voltar para África com mais estratégias e táticas anticoloniais que foram aplicadas contra as imposições coloniais que “pairavam” sobre os territórios afros (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010). Os soldados, com missão cumprida, tiveram uma expectativa muito elevada, em que, “no momento do retorno destes soldados, após a guerra, eles esperavam receber generosas recompensas sob a forma de indenizações, prêmios de desmobilização, empregos, etc.; ora, estas recompensas jamais viriam a ocorrer” (SURET-CANALE E BOAHEN, 2010, p. 192).

defendia a ideia de transformar Portugal numa República Federal, isto é, “República Federal dos Estados Unidos de Portugal” em que cada uma das colônias seria um Estado autônomo. No seu primeiro ano de governação, Caetano, tentou agradar o povo, ou seja, fazer diferente do regime ditador, sendo ele não legítimo de povo. Em busca da sua legitimidade para poder proceder com as modificações da estrutura do governo e do sistema vigente na altura, candidatou-se às eleições de 1969 em que saiu como vencedor, contudo, não conseguiu fazer as mudanças almejadas pelo povo português, isto é, o regime anterior continuou instalado até em 25 de abril de 1974 em que ele e Thomaz foram depostos dos seus cargos, pois, foram eles que conduziram o regime ditador instituído pelo antigo governante, Salazar. O regime foi extinguido mediante a revolta popular conhecida por “Revolução dos Cravos”, conduzida pelo Movimento das Forças Armadas – MFA, com o apoio e a perceptível presença do povo. Logo a partir do dia 25 Portugal conheceu o novo regime liderado pelos jovens oficiais. O seu novo programa de governação defendia que “a solução das guerras no Ultramar é política e não militar” (LOPES J, 2013, p. 256), além do mais, os novos líderes pautavam pelo diálogo franco e aberto a nível nacional sobre os problemas vividos em Portugal e nas colônias, chamadas de “províncias ultramarinas” (LOPES J, 2013). Com essa nova fase de governação portuguesa, seria possível negociar as independências das colônias, uma vez que o regime abriu mão ao diálogo.

Com as expectativas vazias, a decepção os controlou inteiramente, para Suret-Canale e Boahen (2010), isso os conduziu a integrar nas fileiras dos anticolonialistas com ódio e com a mera vontade de vingar os colonizadores, que os igualaram aos simples instrumentos descartáveis da Segunda Guerra Mundial. Com as experiências adquiridas, passando a ser os dirigentes ativos de massa, os autores explicam ainda que as estratégias de mobilização das massas incluíam a organização de grupos de desporto, grupos recreativos, movimentos sindicais e grupos etários (mandjaundadis). Com isso, considera-se que os efeitos da Segunda Guerra mundial reforçaram fortemente os sentimentos anticoloniais e nacionalistas da África Ocidental.

Efetivamente, depois da discussão e amadurecimento de várias ideias sobre a realidade africana em Lisboa, conforme Mango (2018), duas décadas depois, precisamente, em 1965 a Casa dos Estudantes do Império (CEI), depois de aparentemente 21 anos de existência, foi interdita pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), possivelmente, quando descobriram os projetos que estavam sendo desenvolvidos nesse “internato”, pelos estudantes.

No entanto, a consciência dos estudantes da CEI despertou sobre a ditadura de Salazar e o sistema colonial português, um ideal nacionalista e ao mesmo tempo eles descobriram a valorização das culturas dos povos colonizados (SURET-CANALE E BOAHEN, 2010, p. 11).

“A resistência contra a colonização organizava-se com progressiva eficácia, institucionalizando-se sempre mais. A mobilização política das massas colonizadas realmente iniciara-se” (MAZRUI, 2010, p. 1098), [autor segue explicando, dizendo que] “o despertar do nacionalismo e a mobilização dos colonizados igualmente manifestaram-se, sob formas diversas, em outros países da África” (SURET-CANALE E BOAHEN, 2010, p. 1098).

Em virtude da busca duma soberania política em África, que o anticolonialista ganês, N’krumah, parafraseando a Bíblia Sagrada em Mateus 6. 33, dizendo que, segundo Mazrui (2010), era imprescindível “procurar primeiro o reino político e todo vos será dado em suplemento”, dito isso, o revolucionário africano quis erguer a importância da independência política e, desta forma, considerá-la a chave para todas as melhorias projetadas para o continente. Dito em outras palavras, “a África colonial deveria realmente começar por se esforçar em adquirir a soberania política antes de planejar outro tipo de soberania” (MAZRUI, 2010, p. 125).

A soberania política africana era uma condição necessária na altura para que a África pudesse concretizar as suas aspirações (MAZRUI, 2010). Contudo, há quem diga que apenas a

soberania política não era suficiente para o continente, pois senão, N'krumah não concluiria que “todo o restante vos será dado em suplemento”.

Reiterando o caso da CEI, com as resoluções tomadas a partir da CEI, os nacionalistas voltaram para a África com níveis e visões bem amplos sobre a política colonial, com intuito de implementar essas ideias e lutar contra o regime colonial. Na África, vários projetos foram criados e desenvolvidos a favor da integridade da pessoa negra. Nesta senda, segundo Garcia (2000), em dezembro de 1958 foi realizada a I Conferência dos Povos Africanos, sob o lema: “*para uma África unida e independente*”, na cidade de Accra, Gana, presidida por Nkrumah, entre vários outros pontos abordados constava a questão da luta pela igualdade, liberdade e unidade.

Dando já abertura das conferências no próprio continente, logo em agosto do ano seguinte, a capital da Libéria (Monróvia) foi acolhedora do evento denominado Conferência dos Estados Independentes, a autodeterminação dos territórios possuídos estava entre outros assuntos discutidos (GARCIA, 2000).

Para este mesmo autor, Garcia (2000), a II Conferência dos Povos Africanos foi em Túnis, capital tunisiana, em 1960, que teve a representação angolana na pessoa de Holden Roberto, líder do movimento independentista, União dos Povos de Angola (UPA), que, durante a conferência, reivindicou pela independência de Angola. A III Conferência veio a acontecer em Cairo, Egito, em 1961.

A discussão desta III Conferência tinha pauta voltada, exclusivamente, à luta pela independência da África Portuguesa, na qual, a independência de todos os territórios ocupados pelos colonos portugueses foi reclamada. Consoante Garcia (2000), na decorrência desta III conferência, Angola já teria estado mergulhada na luta pela sua independência a um período equivalente a um mês.

Na Adis-Abeba, capital etíope, no dia 25 de maio (considerado dia da África) de 1963, foi criada a Organização da Unidade Africana (OUA), conhecida por União Africana (UA). O movimento político e social visa neutralizar os poderes dos colonos nos territórios africanos, garantindo a liberdade para todos. A organização era monitorizada por países já independentes na África (SILVA, 2018 apud IALÁ, 2020).

Com a pressão da ONU, Portugal intensificou os episódios das ondas de violências nas suas colônias em África (CABRAL, 1976). Em São Tomé e Príncipe, no dia 3 de fevereiro de 1953 ocorreu o trágico episódio, em que várias pessoas inocentes foram assassinadas pelo governo colonial na sequência duma pequena revolta por parte da população, em que os nativos

seriam obrigados a fazer trabalhos coercitivos, como caso de plantações (MANGO, 2018). Essa tragédia ficou registrada nas crônicas como “Massacre de *Batepá*”.

Na Guiné-Bissau, a conjuntura não foi diferente com a de São Tomé e Príncipe, como vem esclarecer M’bundé (2018) que, no dia 3 de agosto de 1959 aconteceu uma tragédia sangüinária chamada “Massacre de *Pindjiquiti*”, na qual dezenas dos marinheiros guineenses que reivindicavam, pelo menos, a garantia de condições basilares e redução de carga horária no trabalho. Durante a reivindicação, foram indefesamente abatidos pelos soldados portugueses no porto de “*pindjiquiti*”, em Bissau.

Da Guiné para Moçambique, depois de um ano, aconteceu a situação similar com a de “Massacre de *Pindjiquiti*”, no dia 16 de junho de 1960, onde “cerca de 500 pessoas morreram em uma manifestação de produtores de algodão que estavam contra a exploração económica e foram executadas pela polícia colonial e os militares” (MANGO, 2018, p. 14).

E em Angola, para encerrar *tour*⁶⁴ das violências, no dia 4 de janeiro de 1961, milhares de pessoas foram mortas mediante uma bomba denominada *napalm*, dos trabalhadores agrícolas duma companhia belga, chamada “*Cotonang*”, quando exigiam a isenção nas tributações e fim de trabalhos coercitivos (MANGO, 2018).

Com essas e outras crueldades vividas nestes territórios, era urgente encontrar a paz, liberdade e salvaguardar, a todo custo, as suas dignidades, sobretudo. Para isso, quaisquer meios a serem adotados para garantir a sua plena autonomia não seriam menos necessários, visto que, as opressões desumanas sofridas ao longo dos anos eram bem elevadas. Entretanto, a opção de fazer a revolução armada para pôr cobro as situações que se enrolavam na Guiné e em Cabo Verde, como também em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, era uma das soluções na altura.

Cabral era testemunha de maltrato do seu povo, por isso ele disse: “eu vi gente morrer de fome em Cabo Verde e vi gente morrer de açoites na Guiné (com bofetadas, pontapés, trabalho forçado) entendem? Essa [...] que é a razão da minha revolta” (CABRAL, 1976, p. 17). Em consonância com Frantz Fanon (1990), cf. (FILHO et al, 2018, p. 50), “a recuperação da vida integral e da condição humana plena seria obtida com a morte do inimigo: provocar a morte do colonizador seria não apenas um dever, mas responsabilidade ético-político”.

Em função destes abusos e brutalidades vividos na altura, situação meramente desumana e triste, “em outubro de 1960, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

⁶⁴ Ronda, gira, volta...

(PAIGC) enviou uma declaração ao governo português como forma de declarar e reivindicar a autodeterminação e com a mesma propôs negociações pacíficas” (MANGO, 2018, p. 14-15).

4. A adesão ao projeto “Unidade e Luta”

Devido à desumanização que ocorria dentro dos territórios marginalizados pelos portugueses, os nacionalistas decidiram extinguir a situação, diante disso, “[...] acredita-se que a melhor solução que poderia ser encontrada perante essa selvajaria, seria de aderir a luta armada contra os colonos como forma de expulsá-los dentro do território africano” (IALÁ, 2020, p. 16).

Entretanto, segundo o autor, Mango (2018), os nacionalistas estavam dispostos às negociações políticas, antes que as armas fossem levantadas, porém, aconteceu que Salazar, governador português na altura, não queria, sequer, ouvir quaisquer assuntos relacionados à descolonização. Para isso, bloqueou todas as possíveis vias negociáveis, vetando assim a emancipação desses territórios, como tem vindo a acontecer. Sem soluções à vista, nesse momento, os nacionalistas decidiram aderir a luta, via armada, como solução viável para expulsar os colonizadores, uma vez que não aceitavam a retirada via pacífica e estavam indisponíveis aos diálogos, contudo, os movimentos anticolonialistas estavam prontos às negociações (SANTOS, 2009).

Ressaltando que, depois do veto da Casa de Estudantes do Império – CEI, em 1965, pela PIDE, em Lisboa, após os nativos terem assistidos os trágicos episódios sangüinários nas províncias além-mar e diversos outros fatores que moveram os anticolonialistas a resgatar aquilo que é seu nas mãos do opressor. Estando nos seus respectivos territórios, os nacionalistas criaram ambientes de debates e reflexões sobre a necessidade de luta, a partir desse momento, começaram a criar vários movimentos de libertação nacional, tais como: “Movimento Anti-Colonialista – MAC, Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional – FRAIN e a Conferência das Organizações Nacionais das Colónias Portuguesas – CONCP” (MANGO, 2018, p. 15).

Além destes, cada nacionalista, no seu país, junto com os seus discípulos, criou movimentos locais de libertação, (Angola, Guiné e Cabo Verde, São Tomé e Moçambique). Contudo, Portugal não se apartou do cenário nos territórios africanos, sempre estava presente para interromper as ações dos nacionalistas. Nisso, mandava tropas para acabar com os movimentos que estavam sendo criados, sobretudo na Guiné, Angola e Moçambique, (MANGO, 2018).

O PAIGC foi criado por Amílcar Lopes Cabral, conjuntamente com Rafael Barbosa e os demais companheiros da luta, em 1956, em Bissau. Cabral foi o líder dessa formação política ao longo da luta, ele também foi figura incontornável que conduziu essa guerra, através do seu partido - PAIGC. O herói da luta “unificou” a guerra da emancipação dos dois países: Guiné (Guiné-Bissau) e Cabo Verde, isto é, os dois países tinham a mesma liderança e o mesmo projeto político ao longo de toda luta armada, uma única guerra para a libertação e independência dos dois países considerados “irmãos” (M’BUNDE, 2018).

Devido à natureza dos atos lagrimantes que ocorreram nos territórios citados atrás, no caso da Guiné e Cabo Verde, “o massacre é apontado como fator culminante e imediato para que o PAIGC[...] elege-se definitivamente via militar como método para alcançar a independência, tendo iniciado oficialmente em 23 de janeiro de 1963, a luta armada [...]” (M’BUNDE, 2018. p, 65 e 66). A desumanização pode ser considerada como fator interno e muito forte para a descolonização dos PALOP.

Na mobilização dos cidadãos para aderir ao projeto da luta houve algumas desistências, desencorajamentos e traições de alguns “guineenses”, que têm vindo a se identificar como os portugueses, embora não os são, que preferiam fazer parte do regime português, fazendo guerra contra os defensores guineenses em vez de lutar contra o regime em causa.

Era difícil para Cabral, “mas há um grupo pequeno que desde o começo se levantou com a ideia de lutar, [...] que está pronto a morrer, se for preciso, contra o colonialismo português. E é nesse mesmo grupo que surgiram pessoas que pegaram no Partido” (CABRAL, 1976, p. 12). Essas pessoas lhe motivaram a não deixar o projeto de luta. Pois, sabiam que através desse projeto que poderiam estar livres, autônomos e terem soberania nos seus territórios, ainda que não iam usufruir dessa liberdade, mas as gerações vindouras usufruirão dela.

Para Cabral (1976), algumas pessoas foram até na sua casa em Pessubé (um dos Bairros de Bissau), pessoas com maturidade forte, que eram isentos das tributações e dos trabalhos compulsórios, devido as “boas” relações que tinham com os portugueses. Essas pessoas eram consideradas “assimiladas”, “civilizadas”, com melhores condições de vida, em comparação com muitas pessoas que sofriam opressões dos portugueses, que passavam fome, enfim, que passavam toda vida no trabalho coercitivo sem paz, para lhe convencer que não avançasse com o projeto da luta, para não interromper a sua “glória”.

Tendo chegados a ele, disseram-lhe o seguinte:

bom, queremos conversar contigo. Tu, filho do fulano de tal, nós conhecemos-te bem, estás-te a meter em problemas, estás a estragar a tua carreira de engenheiro, nós queremos aconselhar-te, porque nós não temos nada que fazer

contra os *tugas*, nós todos somos portugueses (CABRAL, 1976, p. 11).

Essas pessoas eram aliadas dos portugueses dentro da cidade e que muitas delas eram capatazes dos seus compatriotas. Não queriam que acontecesse a luta, pois iam perder as suas autoridades, os seus bens e bons relacionamentos estabelecidos com os portugueses. Sabiam que iam perder o privilégio de continuarem ser vistos como capatazes, chefes dos seus próprios irmãos.

Nas observações de Cabral (1976), para se fazer uma luta de libertação era primordialmente levar em conta as realidades locais, ou seja, as realidades devem ser adaptadas consoante as terras. Para ele, a luta só poderia ter as grandes repercussões, se ela fosse feita na Guiné (Guiné-Bissau), pois este país possui o vasto campo de manobras, permitindo melhor distanciamento e uma posição atracadora melhor contra os *Tugas* e busca de saídas pelas matas e nos países vizinhos, Senegal e Guiné-Conacri, quando for necessário.

Com base na análise da fala de Cabral, isso significa dizer que a luta dependeria muito não só da mata guineense, mas como também dos dois países vizinhos. O líder reconhecia a fraca preparação dos seus combatentes e a falta dos materiais precisos, principalmente as armas de fogo na altura para a batalha. Descartando assim a possibilidade de fazer a luta em Cabo Verde, visto que essas ilhas não dispõem de condições continentais suficientes para essa batalha, pois o pequeno país é constituído por arquipélagos que se encontram no meio de mar. Essa foi uma das razões mais consideradas de fazer guerra dos dois países no território guineense.

Na abordagem do Sia (2017), a luta começou e terminou no território guineense, aliás, todo decurso da luta armada foi desencadeado na Guiné-Bissau, com a forte colaboração da Guiné-Conacri, visto que a base dos valentes militares guineenses foi instalada na Guiné-Conacri em 1960 (o país independente a dois anos antes dessa estalagem e conseqüentemente o começo da luta armada pela independência da Guiné e Cabo Verde em 1963), com o apoio do então presidente desse país independente, Sékou Touré. Ali, definiram toda estratégia da guerra e as últimas instruções aos combatentes guineenses. A guerra deu início em 23 de janeiro de 1963, no quartel de Tite, região de Quinará, na província Sul da Guiné-Bissau, com o primeiro disparo de um dos soldados guineenses.

O PAIGC era o único partido, que ocupava das funções do movimento independentista, nesse momento que “[...] lutou contra o colonialismo português [...] até 1974. Já antes, em 1973, o partido decidiu declarar a independência da Guiné-Bissau [...], em 24 de setembro. [...] e João Bernardo Vieira, [...] leu sua carta de declaração” (SIA, 2017, p. 20). É importante

ressaltar que Cabo Verde, tendo o mesmo projeto da luta para a independência com a Guiné-Bissau, depois da vitória alcançada na guerra, não proclamou a sua independência logo após a expulsão dos invasores, contudo o projeto político servia para os dois países considerados na época como irmãos.

Evidentemente, depois da proclamação unilateralmente da independência da Guiné-Bissau em 1973, ou seja, sem consentimento de Portugal, país colonizador, houve um silêncio por parte de Cabo Verde, no que concerne ao hasteio da bandeira nacional como uma República, esse hiato de aproximadamente dois anos verificado, Suret-Canale e Bohan (2010), nos ajudam a entender o seu porquê, explicando que, as próprias condições geográficas das terras cabo-verdianas não permitiram que houvesse a mesma resistência quanto a da Guiné, contudo o projeto da luta era unificado, porém não seria menos necessário que os cabo-verdianos fizessem o mesmo que estava acontecendo na Guiné, no território local.

Estando Cabo Verde nessas condições, entre a “espada e parede”, era imprescindível e urgente encontrar vias para se proclamar uma nação soberana, para isso, lhe restava apenas uma única saída que seria a negociação, ou seja, como não era possível assumir a luta de libertação em Cabo Verde pelo desfavorecimento geográfico, tinha que esperar por alguns tempos a fim de poder negociar a sua independência com o colonizador.

Pois, é sabido que, “[...] após a queda do fascismo português, a organização até então clandestina do PAIG tomou em mãos os destinos do país. Coube ao sucessor de Cabral no secretariado-geral do PAIGC, Aristides Pereira, negociar a independência em setembro de 1974, tornando-se assim o primeiro presidente da República de Cabo Verde” (SURET-CANALE; BOHAEN, 2010, p. 222-223). Assim, o silêncio à independência da República costeira noroeste africana se tornou justificável.

5. Considerações finais

Ao longo deste trabalho, pode-se concluir que o processo da mobilização dos negros e de luta pela dignidade negra foram ações de longa duração, que teriam começado desde finais da I Guerra Mundial com a criação de alguns movimentos como *Black Harlem Renaissance*, entre outros, que nasceram em defesa dos valores e igualdades sociais dos negros diante dos brancos americanos. O povo negro pertencia a classe mais marginalizada na sociedade americana, aliás, a sociedade americana era dividida em classes, assim, como também na Europa.

As ações desses movimentos americanos eram claras, isto é, de lutar pela excelência negra, aquando da escravatura social e colonial plasmadas na altura. Com isso, de certa forma, esses pequenos movimentos sociais acordaram a diáspora negra, induzindo-a a criar as correntes políticas e ideológicas com finalidade de reforçar a luta negra. Os percussores dessas ideologias políticas tinham visão além, quer dizer, de dar liberdade a toda África colonizada, tratam-se do *pan-africanismo* e *negritude*.

Esses movimentos começaram nos EUA e na França, respectivamente, na decorrência da escravatura dos negros nestes países, que também percorreu quase todo mundo. As duas correntes, *pan-africanismo* e *negritude*, com certeza, foram os marcos iniciais que trabalharam o processo da mobilização diaspórica, construindo bases sólidas, a fim de garantir uma efetiva descolonização nas terras africanas e dar plena liberdade ao povo africano e a soberania à própria África.

A Casa dos Estudantes do Império em Lisboa também foi um local inesquecível na descolonização dos países africanos, em particular os PALOP, devido ao papel desempenhado pelos estudantes africanos nesse local. Os nacionalistas africanos desenvolveram as ações de formação e mobilização entre si e aos africanos através das conferências realizadas nas diversas localidades africanas. Os líderes africanos organizaram a força popular e fizeram a sua relação com o contexto mundial de resistência e expandiram o espírito da luta armada.

Os fatores internos resumem na desumanização dos nativos que ocorria em Angola, Moçambique, Guiné (Guiné-Bissau), São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, como massacre de *Batipá* de São Tomé, massacre de *pindjiquiti* da Guiné, ação da bomba *napalm* numa empresa agrícola belga em Angola e a morte de cerca de 500 pessoas, produtores de algodão em Moçambique, todo esse terror foi ação dos soldados coloniais portugueses de destruir a humanidade africana e levar todos os seus pertences, isto é, subdesenvolver a África em detrimento da Europa, como afirma Rodney (1975).

Além das atividades coercitivas que causaram entre várias outras situações alarmantes à miséria, os nativos viviam sob as leis portuguesas, sendo obrigados a cumprir, sem nenhuma liberdade, ou seja, não gozavam dos mais elementares direitos humanos. Portanto, eles mesmos foram alvos de todas as imposições e subjugações pela força colonial portuguesa. Perante esse bárbaro comportamento, alguns grupos ficaram revoltados com a situação que ocorria na altura.

A descolonização das nações africanas não foi vista com bons olhos diante dos “protagonistas da liberdade e da paz no mundo”, Europa, após o silêncio por quase meio milênio dos anos. Nessa altura, os africanos eram tidos não só como máquinas de produção nas indústrias, como também produtos preciosos comercializados e tendo a África como fonte de

ouro, de petróleo e diamante e de tudo que queriam ter no momento, que lhes permitiam encher os seus tesouros. Nisso, pode-se admitir que o processo da expulsão dos penetrantes no solo africano tem sido uma luta extensa pelos líderes e nacionalistas africanos.

Bob Marley – *War* [guerra]. Amandla's festival, Boston 1979

Marley disse em uma de suas músicas intitulada “*war*” que não deixará de existir guerras em todas as nações do mundo. Enquanto existem cidadãos de primeira classe e de segunda classe, haverá guerra; enquanto a cor da pele continua ser vista como algo que define a personalidade humana, haverá guerra; enquanto existe a superioridade de uma raça sobre outra, estaremos na guerra; enquanto não existir direitos humanos elementares para toda a classe sem observar a raça, é a guerra; enquanto perdurar o ignóbil e infeliz regime que coloca irmãos de Angola, Moçambique, África do Sul na situação de cativo desumano, haverá guerra; enquanto o continente africano ainda não conhecer a paz, nós africanos lutaremos, pois sabemos que é necessário e havemos de ganhar, porquanto estamos confiantes na vitória do bem sobre o mal (BOB-MARLEY, 1979, tradução nossa).

Referências bibliográficas

- BOB MARLEY – AMANDLA FESTIVAL – 1979. metistrastaman. *War* (álbum – Boston 1979). Youtube. s/d. 7min32s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=loFDn94oZJ0>. Acesso em: 14 de dez 2020.
- BORGES, Sónia Vaz. *Amílcar Cabral: estratégias políticas e culturais para a independência da Guiné e Cabo Verde*. Dissertação (Mestrado em História de África) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10451/411>>. Acesso em: 14/09/2019.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2005v10n1p25>. Acesso em: 14/09/2019.
- CABRAL, Amílcar; ANDRADE, Mário Pinto de; (orgs.). *A armada teoria: unidade e luta I*. Lisboa: Seara Nova. 1976.
- CAPOCO, Zeferino. *O Nacionalismo e o Estado: Um trabalho sobre a história política de Angola (1961-1991)*. 333 f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas e Relações Internacionais) – Instituto de Estudos políticos, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/13435>. Acesso em: 14/09/2019.
- CASTELO, Cláudia. *A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial*. CIEA7: (Counter-) Memories Of Colonialism: Remembrance, Resistance And Transference

- In Anti-Colonial African Narratives. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2244/1/CIEA7_6_CASTELO,%20A%20Casa%20dos%20Estudantes%20do%20Imp%C3%A9rio.pdf. Acesso em: 03 de março de 2020.
- FILHO, Silvio de Almeida Carvalho; NASCIMENTO, Santos Washington. (orgs.). *Intelectuais das Áfricas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- GARCIA, Francisco Proença de. *Os Movimentos Independentistas, o Islão e o Poder Português (1963-1974)*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Portucalense Infante D. Henrique. 2000.
- IALÁ, Manuel. A penetração dos colonos e as suas missões em África. *Revista África e Africanidades*, ano XII, n. 33, fev. 2020. Disponível em: <https://africaeaficanidades.net/documentos/33/A%20penetracao%20dos%20colonos%20e%20as%20suas%20missoes%20em.pdf>. Acesso em: 09/03/2020.
- Livro. *Homenagem: Casa Dos Estudantes Do Império, 50 anos-Testemunhas, Vivências, Documentos*. (2017). Vítor Ramalho (Secretário Geral da UCCLA) UCCLA União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa. Disponível em: file:///C:/Users/Abenny%20Fanda%20N'ghale/Downloads/Casa%20dos%20Estudantes%20do%20Imperio%20Homenagem_UCCLA.pdf. Acesso em: 20 de março de 2020.
- LOPES, Carlos. *Africa in Transformation: Economic Development in the Age of Doubt*. 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-01291-5>. Acesso em: 05 de dez. 2020.
- LOPES, José Vicente. *Cabo Verde, os bastidores da independência*. 3ª edição: Cidade da Praia. 2013.
- MANGO, Calido. *A Consciencialização Política e a Descolonização na África “Portuguesa”*: Criação dos Movimentos de Libertação. UNILAB. 2018. https://www.researchgate.net/publication/327634671_a_consciencializacao_politica_e_a_descolonizacao_na_africa_portuguesa_criacao_dos_movimentos_de_libertacao. Acesso em: 11/09/2019.
- M'BUNDE, Timóteo Saba. *As políticas Externas brasileira e chinesa para a Guiné-Bissau em abordagem comparada (1974-2014)*. Brasil: Rio de Janeiro: Gramma. 2018.
- MAZRUI, Ali. A. O horizonte 2000. In MAZRUI, Ali A. e WONDJI, Christophe. *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.
- MUNANGA, Kabengele. Pan-Africanismo, Negritude e Teatro Experimental do Negro. *Ilha* v. 18, n. 1, p. 107-120, junho, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2016v18n1p109>. Acesso em: 03 de março de 2020.

- SANTOS, Artur Carlos Maurício Pestana dos / (Pepelela). *A geração da utopia*. – São Paulo: LeYa. 2013.
- SANTOS, Aurora Almada e. O comitê de descolonização das Nações Unidas e a Legitimação da Luta Armada nas colônias portuguesas: 1965-1974. In: *ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, Fortaleza. 2009. https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1548772005_697ce39d0788e28863844d0e4f3f5197.pdf. Acesso em: 14/09/2019.
- SIA, Isna Gabriel. *Danças de povo Brasa (Balanta) da Guiné-Bissau na contemporaneidade*: Kussunde, Kanta Pó e Broksa. Brasil: São Francisco de Conde-BA. 2017.
- SIDNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Edgar Valles (Tradução). Seara Nova, 1975.
- SILVA, Antônio Carlos Matias da. Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências. Recife. Neari em revista, v.4, n.5, 2018.1, 2018. Disponível em: <https://www.faculadadedamas.edu.br/revistafd/index.php/neari/article/view/660/544>. Acesso em: 01 de maio de 2019.
- SURET -CANALE, Jean e BOAHEN, A. Adu. A África ocidental. In MAZRUI, Ali A. e WONDJI, Christophe. *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.
- PAIM, Márcio Luis. Pan-Africanismo: Política, Libertação e Golpes de Estado. *Revista TEL*, Irati, v. 7, n.1, p. 207-229, jan. /jun. 2016. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/451582515/Panafricanismo-historia>. Acesso em: 11/09/2019.
- VIEIRA, Karl Arthur Bolliger. *Organização das Nações Unidas – ONU*. FAAP-SP. 2009. Disponível em: < encurtador.com.br/bgwK5>. Acesso em: 04 de março de 2020.